

RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.479 - PR (2020/0025857-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : A S L
RECORRIDO : D M L
RECORRIDO : E A E P S L
RECORRIDO : P M L
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
RECORRIDO : S S I D E M E C L
ADVOGADOS : JOSE CARLOS DE ARAUJO - PR049943
LUÍS GUSTAVO COLANZI - PR069839

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL INEXISTENTE. REDIRECIONAMENTO. SUCESSÃO EMPRESARIAL/CONFUSÃO PATRIMONIAL NÃO CONSTATADA PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO JULGADO EM RECURSO ESPECIAL, ANTE A NECESSIDADE DO REVOLVIMENTO DE PROVAS. ADEMAIS, O ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ DE QUE A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A SOLIDARIEDADE PASSIVA NA EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO ESPECIAL DO ENTE PÚBLICO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, objetivando a reforma do acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DÍVIDA ATIVA, IPI/IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL (fls. 83).

2. Os Embargos de Declaração opostos (fls. 97/113) foram rejeitados (fls. 123/126).

3. Em seu Apelo Nobre (fls. 132/155), a parte recorrente aponta, além de divergência entre julgados, violação dos arts. 489, § 1o., 1.022 do Código Fux, 50 do CC/2002, 124, I e II e 30, IX da Lei 8.212/1991. Aduz que foram

comprovadas várias práticas de abuso da personalidade jurídica por meio do desvio de finalidade e confusão patrimonial, razão pela qual devem as empresas recorrentes serem responsabilizadas solidariamente.

4. Afirma, outrossim, que *a responsabilidade solidária do art. 124 do CTN não decorre somente da demonstração da formação de grupo econômico, devendo estar associada a práticas comuns e confusão patrimonial, como demonstrado no caso dos autos* (fls. 148).

5. Sem contrarrazões (fls. 180), o recurso foi admitido na origem (fls. 183).

6. É o relatório.

7. A irresignação não merece prosperar.

8. De início, não há como acolher a alegada negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que a Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

9. Ademais, o Tribunal de origem, com base no acervo probatório constante dos autos, não vislumbrou a presença de elementos caracterizadores da sucessão empresarial/confusão patrimonial, nos seguintes termos do acórdão recorrido:

O fato de duas empresas pertencerem ao mesmo grupo econômico não basta para ensejar a solidariedade passiva em execução fiscal, na linha do que decidiu o Superior Tribunal de Justiça, ao referir que [...] existe responsabilidade tributária solidária entre empresas de um mesmo grupo econômico, apenas quando ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o mero interesse econômico na consecução de referida situação (Segunda Turma, AgRg no AREsp 21.073/RS, rel. Humberto Martins, j. 26out.2011).

Conforme esse Tribunal Superior, ainda, caracteriza-se o grupo econômico quando verificado que a empresa devedora pertence a grupo de sociedades sob o mesmo controle e com estrutura meramente formal, o que

Superior Tribunal de Justiça

ocorre quando diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob unidade gerencial, laboral e patrimonial, e, ainda, quando se visualizar a confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé com prejuízo a credores (STJ, Quinta Turma, REsp 968.564/RS, rel. Arnaldo Esteves Lima, j. 18dez.2008).

(...).

A decisão agravada examinou os fatos relevantes para delimitação da responsabilidade em execução fiscal decorrente de grupo econômico familiar de fato, conforme se infere do seguinte trecho:

[...] 3.3. Quanto às empresas AROM TRANSPORTES LTDA, LEON PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA, MAR ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA e MIL ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA, contudo, entendo que não é possível o redirecionamento do feito pretendido.

A exequente busca (e consegue) demonstrar que essas empresas estão sob a administração do mesmo grupo familiar que as outras sociedades, bem como que, ao menos para a AROM TRANSPORTES, houve intercâmbio de funcionários (cf. ev. 38, ANEXO44). Essas são evidências relevantes de que essas empresas integram o grupo econômico da executada.

Todavia, como já explanado anteriormente (item 3), para a responsabilização das empresas AROM, LEON, MAR e MIL pelo débito exequendo não basta ser demonstrado que integravam o grupo econômico; deve ser comprovado também que havia confusão patrimonial entre essas empresas e as demais do grupo econômico, ou o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade.

A exequente não logrou produzir tal prova.

Em que pese as empresas AROM, LEON, MAR e MIL sejam mencionadas no relatório do COAF (ev. 38, OUT7), não há notícia de movimentações vultosas como as da empresa PERÁGIO. Além disso, a simples movimentação financeira entre as empresas não é suficiente para indicar, por si só, confusão patrimonial. Afinal, trata-se de empresas de um mesmo grupo econômico, que tendem a negociar entre si. Ausente prova mais robusta a indicar confusão patrimonial (como a admissão de que as contas da PERÁGIO foram utilizadas para movimentar ativos financeiros de SIMBAL e DAROM, p. ex.) ou o abuso da personalidade jurídica, marcado pelo desvio de finalidade, a presença do nome das referidas empresas no citado relatório é insuficiente para justificar o redirecionamento pretendido. [...]

Na linha do que foi analisado pela decisão agravada, ainda que se perceba vínculos entre as empresas mencionadas e as demais imputadas pelos créditos tributários em execução fiscal, não há elementos que autorizem

Superior Tribunal de Justiça

reconhecer a responsabilidade decorrente de grupo econômico na forma pretendida pela agravante. Para essas empresas específicas o requisito de confusão patrimonial não está evidente, conclusão alcançada após exame de provas relacionadas com movimentação bancária coletada sem a interferência das empresas.

Em decisão monocrática no agravo de instrumento 50177054420184040000, proferida pelo rel. Rômulo Pizzolatti em 7maio2018, analisou-se pedido idêntico, envolvendo as mesmas partes, nos seguintes termos:

[...] Pelo que se vê dos autos, a decisão agravada reconheceu que os elementos apresentados pela União evidenciam a existência de grupo econômico entre a sociedade executada e as empresas Arom Transportes Ltda., Leon Participações Sociais Ltda., Mar Administração de Bens e Participações Sociais Ltda. e Mil Administração de Bens e Participações Sociais Ltda., mas nada indicam quanto à eventual confusão patrimonial ou abuso de personalidade jurídica a justificar sua inclusão no polo passivo da execução de origem.

Pois bem, ainda que configurado o grupo econômico entre a sociedade executada e as empresas indicadas pela parte agravante, à responsabilidade solidária pelos créditos executados (CTN, inciso I do art. 124) exige-se que as empresas integrantes do grupo realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o interesse econômico compartilhado (AgRg no AREsp 21.073/RS, Segunda Turma, julgado em 18/10/2011, DJe 26/10/2011). Vê-se, pois, que a existência de grupo econômico não legitima, por si só, a inclusão das empresas dele integrantes no polo passivo da execução, por ausência de previsão legal nesse sentido.

No caso dos autos, verifico que a parte exequente nem sequer indicou a situação fática que ensejaria a aplicação da norma em questão, sendo que não há nos autos qualquer elemento que aponte que as empresas indicadas (Aron; Leon; Mar; e Mil) tenham realizado conjuntamente a situação configuradora do fato gerador das obrigações tributárias objeto das duas CDAs executadas na origem.

Daí se segue que, não tendo restado demonstrada a relação das empresas com o fato gerador dos débitos da executada, não se justifica o redirecionamento da execução fiscal de origem contra si com fulcro no inciso I do art. 124 do CTN.

Acresce que a responsabilização pela dívida com base no art. 50 do Código Civil (abuso de personalidade jurídica), como pretende a parte agravante, dependeria da instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica prevista nos arts. 133 e seguintes do Código de Processo Civil, de modo que, também por essa razão, não se justifica o redirecionamento do feito contra as empresas Aron; Mar, Mil e Leon neste momento processual.

Não verifico, portanto, a relevância da fundamentação do recurso,

necessária à antecipação da tutela recursal. [...] Não é inequívoca, portanto, a prova do direito alegado, não lhe outorgando verossimilhança (fls. 85/87).

10. Assim, modificar esse entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para se reconhecer a responsabilidade por sucessão empresarial, demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável em sede de Recurso Especial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. SUCESSÃO EMPRESARIAL. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. ENTENDIMENTO DA CORTE DE ORIGEM QUE SE BASEOU EM APROFUNDADA ANÁLISE DOS FATOS E DAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. *O Tribunal de origem, de maneira pormenorizada, explicitou todos os motivos de seu convencimento pela ocorrência da sucessão tributária, sendo que tal conclusão se baseou na análise de elementos fático-probatórios constantes dos autos. Desta forma, não pode o STJ rever a mencionada conclusão, pois tal medida implicaria em violação à Súmula 7/STJ.*

2. *O entendimento desta Corte Superior se firmou no sentido de que a verificação da ocorrência ou não de sucessão empresarial apta a ensejar a responsabilidade prevista no art. 133 do Código Tributário Nacional demanda, necessariamente o revolvimento do suporte fático e probatório carreado aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial pela orientação assentada na Súmula 7/STJ (AgRg no AREsp 661.147/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 07/05/2015). Precedentes: EDcl no REsp 1391273/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 08/11/2013, AgRg no AREsp 460.174/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 28/05/2015.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 452.037/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 17.9.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 133 DO CTN. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. SUCESSÃO EMPRESARIAL. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

1. *A verificação da ocorrência ou não de sucessão empresarial apta a ensejar a responsabilidade prevista no art. 133 do CTN demanda, necessariamente, o revolvimento do suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial pela orientação assentada na Súmula 7/STJ.*

2. *O óbice da Súmula 7/STJ aplica-se também aos recursos especiais fundados na alínea c do art. 105, III, da Constituição Federal.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.512.813/RJ, Rel. Min. DIVA MALERBI, DJe 12.5.2016).*

11. De outro lado, consoante decidido pela Corte regional e já estabelecido em precedente deste Superior Tribunal de Justiça, *ainda que se admita que as empresas integram grupo econômico, não se tem isso como bastante para fundar a solidariedade no pagamento de tributo devido por uma delas, ao ponto de se exigir seu adimplemento por qualquer delas.* Confira-se, a propósito, a ementa do julgado:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS. ALEGAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL CONTRA EMPRESAS CONSTITUÍDAS APÓS O FATO GERADOR DO TRIBUTO DE OUTRA EMPRESA, DITA INTEGRANTE DO MESMO GRUPO ECONÔMICO. AGRAVOS REGIMENTAIS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *A teor do art. 124, I do CTN e de acordo com a doutrina justributarista nacional mais autorizada, não se apura responsabilidade tributária de quem não participou da elaboração do fato gerador do tributo, não sendo bastante para a definição de tal liame jurídico obrigacional a eventual integração interempresarial abrangendo duas ou mais empresas da mesma atividade econômica ou de atividades econômicas distintas, aliás não demonstradas, neste caso. Precedente: AgRg no AREsp 429.923/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2T, DJe 16.12.2013.*

2. *Da mesma forma, ainda que se admita que as empresas integram grupo econômico, não se tem isso como bastante para fundar a solidariedade no pagamento de tributo devido por uma delas, ao ponto de se exigir seu adimplemento por qualquer delas. Precedentes: AgRg no AREsp 603.177/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1T, DJe 27.3.2015; AgRg no REsp. 1.433.631/PE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2T, DJe 13.3.2015.*

Superior Tribunal de Justiça

3. *Agravos Regimentais da FAZENDA NACIONAL e LEMOS DANOVA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.535.048/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 21.9.2015).*

12. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR